

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01160033/2025**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 06/2025**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 21/2025**

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Olivença/AL, por meio do Pregoeiro e equipe de apoio designados através da Portaria nº. 30/2025, sediada na Rua Vereador José Felix da Silva, 54, centro- Olivença/AL, sede da Prefeitura do Município de Olivença- AL, neste ato representada por seu Prefeito, Sr. Josimar Dionísio, brasileiro, casado, portador do RG de nº 2108822 e do CPF de nº 072.192.754-80, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 06/2025, Processo Administrativo nº 01160033/2025, resolve registrar os preços da empresa CONVICTA SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 15.079.717/0001-48, com endereço na Avenida Menino Marcelo, 9350, sala 918 Cond. Empresarial Humberto, Serraria, CEP: 57.046.000, Maceió- AL, representada pelo Sócio o Sr. Douglas Gutemberg Silva da Rocha, brasileiro, casado, Carteira de identidade nº. 2132645 SSP/AL, inscrita no CPF nº. 049.372.064-27, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

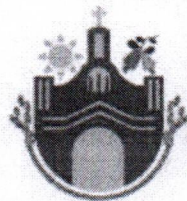
**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto O Registro de preços para prestação de serviços de Transporte Escolar para os alunos da rede Municipal e Estadual de Ensino do município de Olivença/AL. especificados no Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº 05/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ROTA	ITINERÁRIO	Tipo de Veículo	Distância Total Diária (KM)	Valor KM Veículo	Valor Anual (206 dias)
ROTA 01	Sítio Lagoa Grande – Sítio Barreiros – Sítio Garrote – Sítio Pedra do Albano – Sítio São José e Cachoeira Grande	VAN	108,576	R\$ 3,20	R\$ 71.573,30



PREFEITURA DE  
**OLIVENÇA**



ROTA 02	Sítio Barro Preto – Sítio Barreiros – Sítio Cachoeira Grande – Sítio Garrote – Sítio Lagoa Grande	VAN	108,576	R\$ 3,20	R\$ 71.573,30
ROTA 03	Fazenda Lagoa da Pedra – Sítio Boa Vista	VAN	30,176	R\$ 9,34	R\$ 58.059,83
ROTA 04	Sítio Pedra do Albano – Sítio São Jose – Sítio Pedra do Albano	VAN	59,548	R\$ 5,14	R\$ 63.051,80
ROTA 05	Sítio Lagoa Grande – Sítio Garrote – Sítio Cachoeira Grande - Cidade	VAN	49,794	R\$ 5,99	R\$ 61.422,81
ROTA 06	Sítio Fazenda Nova – Sítio Serrinha 01 – Sítio Serrinha 02 – Sítio Terra Vermelha – Sítio Jurema de Baixo	VAN	70,604	R\$ 4,47	R\$ 65.013,58
ROTA 07	Sítio Serrinha 01 – Sítio Serrinha 02 – Sítio Terra Vermelha	VAN	65,392	R\$ 4,76	R\$ 64.120,78
ROTA 08	Sítio Fazenda Nova – Sítio Barro Preto – Sítio Terra Vermelha	VAN	19,642	R\$ 13,90	R\$ 56.242,90
ROTA 09	Sítio Melancia – Sítio Patos – Sítio Melancia	VAN	18,514	R\$ 14,69	R\$ 56.025,96
ROTA 10	Sítio Melancia – Sítio Patos – Sítio Melancia	VAN	18,514	R\$ 14,69	R\$ 56.025,96
ROTA 11	Sítio Fazenda Nova – Sítio Timbaúba – Sítio Pato– Sítio Pau Preto – Sítio Timbauba	VAN	19,874	R\$ 13,75	R\$ 56.293,11
ROTA 12	Sítio Serrinha - Sítio Martin - Sítio Serinha	VAN	23,944	R\$ 11,55	R\$ 56.969,96
ROTA 13	Sítio Vilinha – Sítio Novo – Sítio Tapera do Padre– Sítio Novo e Povoado Fazenda Nova	VAN	37,252	R\$ 7,72	R\$ 59.242,60
ROTA 14	Sítio Bento Leite - Cidade	VAN	33,364	R\$ 8,52	R\$ 58.557,82
ROTA 15	Sítio Serinha – Fazenda Nova	VAN	21,452	R\$ 12,82	R\$ 56.653,02
ROTA 16	Sítio Barro Preto – Sítio Barretos – Sítio Patos	VAN	70,856	R\$ 4,45	R\$ 64.953,70
ROTA 17	Sítio Serrinha – Sítio Terra Vermelha	VAN	12,94	R\$ 20,67	R\$ 55.098,78
ROTA 18	Sítio Serrinha – Sítio Barro Preto – Sítio Terra	VAN	46,23	R\$ 6,38	R\$ 60.759,16
ROTA 19	Sítio Barro Preto – Sítio Melânica – Sítio Patos	VAN	27,15	R\$ 10,28	R\$ 57.495,01
ROTA 20	Sítio Barro Preto – Sítio Melânica – Sítio Patos	VAN	27,15	R\$ 10,28	R\$ 57.495,01
ROTA 21	Sítio Barreiros -Sítio Patos – Sítio Lagoa Grande	VAN	36,7	R\$ 7,82	R\$ 59.120,76
ROTA 22	Sítio Barreiros -Sítio Patos – Sítio Lagoa Grande	VAN	14,236	R\$ 18,86	R\$ 55.309,14
ROTA 23	Sítio Melância – Sítio Barro Preto – Sítio Terra	VAN	80,944	R\$ 4,00	R\$ 66.697,86
ROTA 24	Sítio Novo – Sítio Vilinha – Povoado Fazenda	VAN	10,128	R\$ 26,17	R\$ 54.600,25
ROTA 25	Sítio Três Lagoas - Sítio Tapera do Padre	VAN	48,532	R\$ 6,12	R\$ 61.185,26

ROTA 26	Sítio Garapa – Sítio Craibas – Sítio Alto da Boa Vista – Lagoas Dos Bois - AL 125 - Olivença	VAN	102,588	R\$ 3,33	R\$ 70.373,32
ROTA 27	Sítio Pau D'arco – Sítio Lagoa do Velho – Sítio João Paulo - Olivença	VAN	35,688	R\$ 8,02	R\$ 58.960,86
ROTA 28	Sítio Desumano – Sítio Rumo – Fazenda Boa Fé – AL 125 - Olivença	VAN	71,376	R\$ 4,43	R\$ 65.136,31
ROTA 29	Sítio Pau D,arco – Sítio Lages dos Canjo -	VAN	103,284	R\$ 3,32	R\$ 70.637,99
ROTA 30	Olivenca – Porço das Cacimbas – Sítio Lagoa Grande – Sítio Garrote (observação so entrega os alunos a tarde)	VAN	12,355	R\$ 21,61	R\$ 55.000,26
ROTA 31	Sítio Garrote – Sítio Lagoa Grande – Povoado Poço da Caçimba – Cidade de Deus - Olivença	VAN	20,77	R\$ 13,19	R\$ 56.435,00
ROTA 32	Cidade de Deus - Circular Olivença	VAN	10,192	R\$ 26,01	R\$ 54.609,35
ROTA 33	Olivença – AL 125 – Sítio Rumo	VAN	5,949	R\$ 43,98	R\$ 53.897,23
ROTA 34	Sítio Rumo – Sítio Lagoa dos Bois – Sítio Alto da Boa Vista - Olivença	VAN	25,962	R\$ 10,72	R\$ 57.332,40
ROTA 35	Sítio Lagoa de Dentro – Sítio Agrestin – Clima Bom – Olivença	VAN	54,668	R\$ 5,55	R\$ 62.501,92
ROTA 36	Sítio Samanbaía – Sítio Lagoa dos Bois - Olivença	VAN	75,352	R\$ 4,24	R\$ 65.815,45
ROTA 37	Sítio Desumano – Sítio Arreias – Sítio Vazea Fria – Olivença	VAN	83,5	R\$ 3,90	R\$ 67.083,90
ROTA 38	Sítio Lagoa dos Patos – Sítio Bento Leite – Sítio Campo Alegre – Sítio Cajá	VAN	80,932	R\$ 4,00	R\$ 66.687,97
ROTA 39	Sítio Bom Sucesso – Sítio Moita da Conceição – Sítio São Bartolomeu – Sítio Garapa	VAN	82,748	R\$ 3,93	R\$ 66.991,13
ROTA 40	Sítio Melância – Sítio Serrinha – Sítio Terra	VAN	29,412	R\$ 9,56	R\$ 57.922,82
ROTA 41	Sítio Cajueiro – Sítio Jurema – Sítio Serinha 01 – Sítio Serinha 02 – Sítio Terra Vermelha	VAN	26,03	R\$ 10,69	R\$ 57.321,70
<b>VALOR GLOBAL ANUAL</b>					<b>R\$ 2.490.269,25</b>

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

### 3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Educação.

### 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. 4.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- 4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- 4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- 4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
- 4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
- 4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- 4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
- 4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

#### **Dos limites para as adesões**

- 4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
- 4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
- 4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **Vedação a acréscimo de quantitativos**

- 4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

## 5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## **10. DAS PENALIDADES**

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## 11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Olivença/AL, 05 de maio de 2025.

**JOSIMAR**

**DIONISIO:07**

**219275480**

Assinado de forma digital por JOSIMAR DIONISIO:07219275480

Dados: 2025.05.05 16:26:15 -03'00'

JOSIMAR DIONÍSIO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE OLIVENÇA/AL  
ÓRGÃO GERENCIADOR

**CONVICTA SERVICOS**

**LTDA:15079717000148**

Assinado de forma digital por CONVICTA SERVICOS

LTDA:15079717000148

Dados: 2025.05.13 15:33:49 -03'00'

DOUGLAS GUTEMBERG SILVA DA ROCHA  
CONVICTA SERVICOS LTDA  
FORNECEDOR BENEFICIÁRIO

TESTEMUNHA: \_\_\_\_\_

TESTEMUNHA: \_\_\_\_\_